

Fraude na Saúde

474

Cerca de 120 pessoas — dos quais cerca de 60 funcionários e ex-funcionários públicos, entre eles o ex-secretário estadual de Saúde Astor de Mello — poderão ser responsabilizados pelo rombo de cerca de R\$ 28 milhões detectado pelo Tribunal de Contas do Estado nas contas de 1994 da Secretaria de Saúde. O presidente do TCE, conselheiro Sérgio Quintella, porém, se recusou a confirmar oficialmente os nomes dos envolvidos, alegando que só serão públicos a partir de quinta-feira, quando será votado o relatório da Inspeção Extraordinária sobre o caso. Uma das irregularidades é o depósito de cheques do Hospital Albert Schweitzer em uma conta da Agropecuária Chanceler — um haras, dedicado à criação de cavalos.

Em quatro meses de investigação, 15 inspetores do TCE descobriram que, de 20 unidades de saúde, 19 apresentavam indícios de envolvimento em irregularidades, inclusive em negócios com 90 fornecedores — dos quais 18 eram empresas-fantasma. Dos 34 tipos de superfaturamento, o maior, de 1566,67%, refere-se a compras de seringas da empresa Ronan Comércio e Representações Hospitalares.

Há ainda oito casos de superfaturamento superior a 1.000% e um de 900%, em compra de agulhas descartáveis. Só em compras fictícias — pagamentos por mercadorias que jamais entra-



O ex-secretário Astor de Mello

ram nos almoxarifados — o rombo chegou a R\$ 2,9 milhões.

A unidade de saúde campeã das fraudes é o Hospital Estadual Tavares de Macedo, de Itaboraí, cujo rombo chegou a R\$ 1,6 milhão. Foram também encontrados indícios de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde no valor de R\$ 15,4 milhões.

Onze hospitais deixaram de prestar contas referentes a 78% dos recursos recebidos contra a apresentação de Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) — de R\$ 14,8 milhões, apenas R\$ 3,3 milhões foram justificados. Somente em 19 de maio de 1994, uma farmácia vendeu ao Estado, em medicamentos, o equivalente a 32.754 Uferjs — atualmente, cerca de R\$ 1 milhão.

O TCE pode punir — administrativamente — apenas os funcionários e ex-funcionários públicos. Os demais envolvidos só serão responsabilizados posteriormente, se forem abertos processos criminais na Justiça. Na quinta-feira, ao examinar voto do conselheiro Humberto Braga, o Tribunal poderá condenar cada um dos servidores e ex-servidores a multas de até mil Uferjs (cerca de R\$ 33 mil) e cobrar-lhes a devolução do dinheiro desviado. Até agora, há comprovação documentada de R\$ 6 milhões. A partir daí, o Ministério Público poderá pedir instauração de inquéritos criminais contra todos.

Astor de Mello assumiu a Secretaria de Saúde em 1993, indicado pelo deputado Aluizio de Castro (PPR) em um acordo com o PDT, para dar maioria ao governador Leonel Brizola na Assembleia Legislativa. Atualmente, é assessor de Castro na Alerj. Procurado pelo GLOBO, o ex-secretário não foi localizado.

O GLOBO
envolve 120 pessoas